

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

O Regimento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo foi elaborado de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para entidades intermunicipais, foi revogada, de forma expressa, a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, atende, também, ao Código do Procedimento Administrativo e à demais legislação aplicável.

Artigo 1.º

Constituição

A Câmara Municipal, como órgão executivo colegial do Município, é constituída pelo Presidente e por 6 Vereadores, podendo, um dos quais, ser designado vice-presidente, ao abrigo do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 3 do artigo 57.º da citada Lei.

Artigo 2.º

Alteração da Composição

No caso de morte, renúncia, suspensão ou perda de mandato de algum membro da Câmara Municipal em efectividade de funções, é chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, nos termos dos artigos 59.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Artigo 3.º

Presidente da Câmara

1. Cabe ao Presidente da Câmara, além de outras funções que lhe estejam atribuídas, organizar e distribuir a "Ordem do Dia", convocar, abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações.

2. O Presidente da Câmara pode, ainda, suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião.
3. Na falta ou impedimento do Presidente, dirigirá a reunião o Vice-Presidente ou, na sua falta, o Vereador que ocupe o lugar imediato na lista, em que foi eleito o Presidente.
4. Das decisões tomadas pelo Presidente ou pelos Vereadores no exercício de competências da Câmara, que nele ou neles estejam delegadas ou subdelegadas cabe recurso para o plenário a apreciar imediatamente após a sua interposição.

Artigo 4.º

Reuniões da Câmara

1. As Reuniões da Câmara realizam-se habitualmente nos Paços do Município, podendo realizar-se noutros locais, quando assim for deliberado.
2. As Reuniões da Câmara são ordinárias ou extraordinárias.
3. Todas as reuniões ordinárias são públicas.
4. A Câmara pode deliberar a realização de reuniões ordinárias não públicas, com a obrigatoriedade da realização de pelo menos uma reunião pública por mês.
5. A deliberação referida no número anterior será publicada em edital afixado nos lugares de estilo durante os dois dias anteriores à reunião.
6. Os responsáveis pelos diversos serviços/desde que por solicitação do Presidente, poderão estar presentes às reuniões da Câmara a fim de, por sua indicação, prestarem os esclarecimentos julgados necessários.
7. O cargo de Secretário das reuniões da Câmara Municipal, decorrente da indicação por despacho a proferir pelo Senhor Presidente da Câmara, será exercido, preferencialmente, pelo responsável pela Repartição Administrativa, sendo substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo funcionário por este indicado, podendo ainda fazer-se acompanhar de outro pessoal de apoio que se julgar necessário.

Artigo 5.º

Reuniões Ordinárias

1. As reuniões ordinárias ocorrem nas primeiras e terceiras sextas-feiras de cada mês.
2. As reuniões ordinárias terão início pelas 9:30 horas.

3. Quando o dia de reunião coincidir com dia feriado, a reunião realizar-se-á no dia anterior, ou seja, na quinta-feira, pelas 15.00 horas.
4. A Câmara Municipal pode deliberar alterar a data da realização de qualquer reunião ordinária.
5. A deliberação referida no número anterior será publicada em edital afixado nos lugares de estilo durante os dois dias anteriores à reunião.

Artigo 6.º

Reuniões Extraordinárias

1. As reuniões extraordinárias são convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação de um terço dos vereadores, mediante requerimento escrito que indique os assuntos a serem tratados.
2. As reuniões extraordinárias são convocadas com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, sendo comunicadas a todos os membros por edital e através de correio registado com aviso de receção ou de protocolo.
3. O Presidente convocará a reunião para um dos oito dias subsequentes à receção do requerimento referido no n.º 1 deste artigo.
4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião, só podendo a Câmara deliberar sobre tais assuntos.

Artigo 7.º

Ordem do Dia

1. Ao estabelecer a "Ordem do Dia" de cada reunião, o Presidente deve incluir os assuntos que para esse fim lhe foram indicados por qualquer Vereador, desde que sejam da competência da Câmara Municipal e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões ordinárias;
 - b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.
2. A Ordem do Dia de cada reunião deve ser entregue a todos os Vereadores com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data da reunião.

3. Desde que solicitados e após o envio da "Ordem do Dia" poderão vir a ser disponibilizados todos os documentos que habilitem os Vereadores a participar na discussão das matérias dela constantes.
4. Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo, respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, devem estar disponíveis para consulta, desde o dia da entrega da agenda, ou seja dois dias úteis.
5. Os Serviços só poderão agendar assuntos que tenham prévio despacho para o seu agendamento do Presidente, dos Vereadores com funções delegadas, ou do Chefe de Gabinete da Presidência, quando este tiver funções delegadas para o efeito.

Artigo 8.º

Quórum

1. As reuniões só se podem realizar com a presença no mínimo de 4 membros da Câmara, ou seja, a maioria do número legal.
2. Se uma hora após o previsto para o início da reunião, não estiver presente a maioria referida no número anterior, considera-se que não há quórum, devendo, desde logo, proceder-se ao registo das presenças, à marcação das faltas e à elaboração da ata.
3. Quando a Câmara Municipal não possa reunir por falta de quórum, o Presidente ou o seu substituto legal designará outro dia para nova reunião, que terá a mesma natureza da anterior e será convocada nos termos previstos neste Regimento.

Artigo 9.º

Períodos das Reuniões

1. Em cada reunião ordinária há um período de "Antes da Ordem do Dia" e um período de "Ordem do Dia".
2. Nas Reuniões Ordinárias públicas haverá, após a conclusão do período da "Ordem do Dia", um período de "Intervenção do Público".
3. Nas reuniões extraordinárias, apenas terá lugar o período de "Ordem do Dia".

Artigo 10.º

Período Antes da Ordem do Dia

1. Período de "Antes da Ordem do Dia" tem a duração máxima de trinta minutos, podendo a Câmara Municipal deliberar prolongar este período até um máximo de sessenta minutos, sempre que os assuntos o justifiquem.
2. No início do Período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara Municipal aceitará inscrições para intervenção em termos de poder repartir equitativamente o tempo por todo os interessados.

Artigo 11.º

Período da Ordem do Dia

1. Durante o Período da "Ordem do Dia" serão apreciados e votados os assuntos e propostas nela constantes, bem como os que forem apresentadas nos termos dos nºs 2, 3 e 4 do presente artigo, utilizando-se a metodologia da aprovação de seguida à apresentação de cada assunto.
2. No início do período da "Ordem do Dia", o Presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos, bem como das propostas de deliberações urgentes que tenham sido apresentadas, por escrito, nos termos e para os efeitos constantes do artigo 50º, nº 2, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.
3. Até à votação de cada proposta podem ser apresentadas, sobre o mesmo assunto, propostas escritas e devidamente fundamentadas, de facto e de direito, que poderão ser simultaneamente discutidas e votadas ou agendadas para a reunião seguinte, por deliberação da maioria dos membros presentes.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a discussão e votação de propostas não constantes da "Ordem do Dia" das Reuniões Ordinárias, depende de deliberação tornada por, pelo menos dois terços dos membros presentes, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto.
5. Havendo alguma proposta que careça de deliberação urgente, pode o Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer Vereador, suspender os trabalhos temporariamente.
6. Reiniciada a reunião, proceder-se-á, de imediato, à votação da Proposta.
7. Se o entender necessário, o Presidente da Câmara Municipal poderá estipular um tempo máximo para a discussão de cada ponto da Ordem de Trabalhos, repartindo-o equitativamente por todos os Vereadores interessados em intervir sobre a matéria.

Artigo 12.º

Período de intervenção do Público

1. O período de "Intervenção do Público" tem a duração máxima de trinta minutos.
2. Os cidadãos interessados em intervir na reunião, na abordagem de processos próprios ou que sejam detentores de procuração para o efeito, terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição.
3. A inscrição referida no ponto anterior, referindo nome, morada e o assunto a tratar, pode ser efectuada até 30 minutos antes do início da reunião.
4. O tempo referido no nº 1 do presente artigo será distribuído pelos munícipes inscritos, não podendo, cada um, exceder 5 minutos na sua intervenção.
5. Após cada intervenção ou no final do período de intervenção do público, o Presidente da Câmara Municipal ou Vereadores responderão aos esclarecimentos solicitados ou indicará o Vereador a quem caiba responder.
6. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o Artigo 84.º, n.º 4 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e demais legislação aplicável.
7. Da acta da Reunião e por indicação do Presidente poderá constar referência sumária às intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas. Sempre que do assunto em apreciação resultar uma deliberação por parte da Câmara Municipal deverá fazer-se menção obrigatória na ata da reunião.
8. Os cidadãos que se apresentem à Reunião de Câmara, sem terem efetuado a prévia inscrição, identificam-se e informam os serviços do assunto que pretendem ver analisado, devendo a Câmara Municipal pronunciar-se sobre a possibilidade da sua apreciação.

Artigo 13.º

Pedidos de Esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimento dos membros da Câmara devem ser formulados, sinteticamente, logo que finda a intervenção que os suscitou e restringem-se à matéria em dúvida, assim como às respetivas respostas.

Artigo 14.º

Exercício de Direito de Defesa

1. Sempre que um membro da Câmara considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode usar da palavra por tempo não superior a cinco minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a cinco minutos.

Artigo 15.º

Votação

1. As deliberações são tomadas por votação nominal, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
2. O Presidente vota em último lugar.
3. Pode a Câmara deliberar outra forma de votação, caso a caso.
4. Sempre que se realizem eleições e estejam em causa nomes e juízos de valor sobre comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa, as deliberações são tomadas por escrutínio secreto.
5. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, exceto se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
6. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação, caso o empate se mantenha, adia-se a deliberação para a reunião seguinte. Se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

Artigo 16.º

Declaração de Voto

1. Finda a votação e anunciado o resultado, poderá qualquer membro da Câmara apresentar, por escrito, a sua declaração de voto e as razões que o justifiquem.
2. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata, ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.

Artigo 17.º

Duração da Reunião

1. A reunião será dada por finda e encerrada quando se esgotarem todos os assuntos que constem da ordem do dia ou tenham sido introduzidos nos termos do artigo 50º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.
2. Sendo impossível, por qualquer motivo, concluir os trabalhos no dia agendado para o efeito, a reunião será interrompida pelo Presidente da Câmara, o qual designará, de imediato, o local, dia e hora, em que a mesma terá início.

Artigo 18.º

Faltas

1. As faltas dadas deverão ser justificadas por escrito, através de fax ou e-mail, preferencialmente antes da realização da reunião ou na sua impossibilidade até ao final do dia da mesma.
2. As faltas às reuniões que não se realizem por inexistência de quórum, serão igualmente marcadas e consideradas para efeitos de eventual perda de mandato.
3. A marcação das faltas e a apreciação das justificações compete à Câmara Municipal.

Artigo 19.º

Impedimentos e Suspeições

1. Nenhum membro da Câmara pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 45.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo.
3. Os membros da Câmara devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta; designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49º e 50º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 20.º

Atas

1. De cada reunião ou sessão é lavrada ata, pelo dirigente máximo da área administrativa da autarquia, a qual deverá conter um resumo do que de essência nela se tiver passado, indicando designadamente: a data e o local da reunião; as presenças e as faltas verificadas; os assuntos apreciados; as deliberações tornadas; a forma e o resultado das respectivas votações; bem como o facto de a acta ter sido lida e aprovada. Em última circunstância competirá sempre ao Presidente a indicação do que deve ou não constar em ata.
2. Sempre que um membro da Câmara pretenda que as suas declarações constem da ata, de forma integral, deve entregar a declaração por escrito.
3. Os membros da Câmara que ficarem vencidos na deliberação podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
4. As atas ou o texto das deliberações mais importantes ou urgentes podem ser aprovadas em minuta no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.
5. Das atas podem ser passadas, a pedido dos interessados, certidões ou fotocópias autenticadas, nos termos da lei.
6. As deliberações da Câmara só se tornam executórias depois de aprovadas as respectivas atas ou depois de assinadas as minutas, quando assim tenha sido deliberado.
7. Está dispensada da leitura das atas, devendo o texto das mesmas ser previamente distribuído por fotocópia ou enviado por e-mail a todos os Vereadores.

Artigo 21.º

Publicidade

As deliberações da Câmara Municipal destinadas a ter eficácia externa são publicadas no Diário da República, quando a lei expressamente o determine, sendo nos restantes

casos publicadas em revista municipal ou jornal local ou regional e em edital afixado nos lugares de estilo, durante cinco dos dez dias subsequentes à tomada de deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

Este Regimento entrará em vigor no dia imediatamente a seguir à sua aprovação.

Miranda do Corvo, 17 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara,

António Miguel Costa Baptista